

RECLAMAÇÃO Nº 37.975 - SP (2019/0133745-4)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECLAMANTE : TRISUL S/A
ADVOGADOS : MARIA JUSINEIDE CAVALCANTI - SP132685
MARCOS SAUTCHUK - SP139056
THIAGO LOPES GONÇALVES - SP312686
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : CARLOS EDUARDO MARECHAL DE CARVALHO
ADVOGADOS : FERNANDO AUGUSTO CÂNDIDO LEPE - SP201932
ANDRÉ EDUARDO DE ALMEIDA CONTRERAS - SP189178

DESPACHO

Esta reclamação foi proposta, de acordo com a inicial, para demonstrar a divergência ocorrida entre a decisão da RECLAMADA e as decisões proferidas tanto na sentença de ORIGEM quanto por ocasião do Recurso Especial Repetitivo de nº 1.551.956 - SP que engendrou a Edição do Tema 938 desta Corte, tendo o Beneficiário Sr. CARLOS EDUARDO seu pedidos de devolução de corretagem ajustado na compra de imóvel alienado ainda na planta deferidos (e-STJ, fl. 4, sem destaque no original).

Em razão de (1) a decisão tida como divergente não ter sido adotada em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência; (2) esta Corte Superior não vir admitido reclamação para compelir os Tribunais de Apelação a aplicarem teses firmadas em recurso repetitivo (AgInt na Rcl 28.688, Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe de 29/8/2016); e, (3) a reclamação ter tomado feições de "ação" após a entrada em vigor do NCPC, sendo admitida, inclusive, a possibilidade de condenação ao pagamento de honorários advocatícios caso haja manifestação da parte contrária nesse sentido (Rcl 34.937, Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, DJe de 13/11/2018), diga a reclamante em 5 (cinco) dias sobre se pretende dar continuidade ao presente feito.

Cumpre referir que o silêncio será interpretado como desistência.

Publique-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO
RELATOR